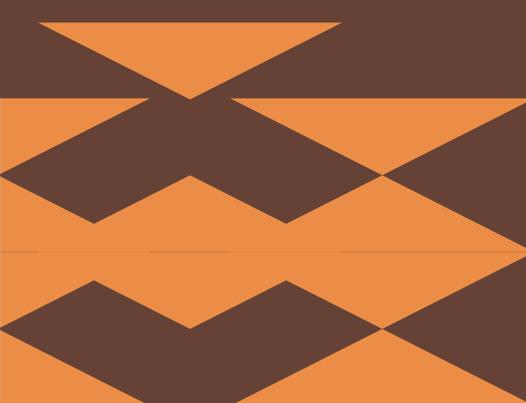


ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA JUVENTUDE NEGRA À VIOLÊNCIA



ÍNDICE DE
VULNERABILIDADE DA
JUVENTUDE NEGRA À
VIOLÊNCIA



APRESENTAÇÕES

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A violência racial é, sem dúvida, um dos maiores desafios que o Estado brasileiro precisa enfrentar. Com o intuito de avançar na redução da violência letal que afeta de forma desproporcional os nossos jovens negros, o Ministério da Igualdade Racial e a Secretaria Geral da Presidência estão à frente do Plano Juventude Negra Viva (PJNV), uma das principais políticas públicas do país. O Plano tem como objetivo principal reduzir as vulnerabilidades que afetam os jovens negros de 15 a 29 anos fortemente alicerçadas no racismo estrutural. O Plano possui 11 eixos de atuação e conta com mais de 200 ações pactuadas com 18 Ministérios.

O PJNV é um marco de participação social na construção de políticas públicas. Ele foi construído a partir da escuta de aproximadamente 6.000 (seis mil) jovens negros/as durante a realização das Caravanas Participativas para a sua elaboração. Neste processo foram percorridos 26 (vinte e seis) estados e o Distrito Federal para que juventude negra brasileira apontasse os problemas e soluções a eles destinados para a elaboração de políticas públicas que possuissem adequação à realidade em que esta população se encontra inserida. Cada eixo é formado a partir das demandas apresentadas pelos jovens que foram ouvidos durante a fase das caravanas. A juventude negra, que corresponde aproximadamente a 23% da população, é parte essencial do presente e do futuro econômico, político e social do Brasil, tornando-se fundamental a superação das barreiras construídas pelo racismo e a luta contra as desigualdades enfrentadas por essa parcela da população.

Para darmos mais um passo importante na implementação deste Plano, contamos com a *expertise* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, órgão nacional e internacionalmente conhecido na construção de indicadores e no monitoramento da violência no país. Com o apoio do Banco Mundial e da Unesco, o FBSP atualizou o índice trazendo inovações metodológicas que vão auxiliar a implementação das ações para o enfrentamento da vulnerabilidade à letalidade.

O Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência (IVJ-N) é uma ferramenta analítica que contribuirá para o monitoramento das múltiplas dimensões que contribuem para o aumento da letalidade deste segmento que representa o futuro do país. As dimensões presentes no IVJ-N 2024 mensuram a vulnerabilidade dos jovens brasileiros à violência em quatro dimensões: “mortalidade”; “acesso à escola”; “emprego e renda”; e “desigualdade”. Essas dimensões se entrelaçam e se complementam para oferecer um panorama completo da vulnerabilidade juvenil negra à violência e representam o compromisso da política pública com a perspectiva transversal demonstrando que a redução da violência deve ser conduzida pela equidade, justiça social e cidadania.

Entendemos que os dados apresentados reforçam a centralidade do debate sobre desigualdades raciais nas políticas públicas brasileiras e contribuem para o fortalecimento da formulação e da implementação não só do Plano Juventude Negra Viva, mas de diferentes programas e ações governamentais que visam enfrentar o racismo.

O IVJ-N é mais uma demonstração do compromisso que Ministério da Igualdade Racial e a Secretaria Geral da Presidência - através da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação ao Racismo e da Secretaria Nacional de Juventude – têm assumido para avançarmos numa pauta que se tornou um item crucial na pauta de diversos países.

Márcia Lima

Secretária Nacional de Políticas de Ações Afirmativas,
Combate e Superação ao Racismo do MIR

Ronald Sorriso

Secretário Nacional de Juventude da
Secretaria-Geral da Presidência da República

BANCO MUNDIAL

A população afrodescendente representa metade das pessoas em extrema pobreza na América Latina, embora constituam apenas um quarto da população da região. No Brasil, essa disparidade é ainda mais acentuada: aproximadamente três quartos da população pobre é afrodescendente, evidenciando uma desigualdade que persiste e se reproduz ao longo de gerações. Este grupo, historicamente marcado por um contexto de discriminação racial e exclusão social, enfrenta uma série de obstáculos estruturais. Ocupa posições mais precárias no mercado de trabalho, enfrenta maiores desafios educacionais, piores condições de moradia, assim como acesso mais limitado à saúde e aos bens e serviços. O histórico de discriminação racial e exclusão social não só perpetua essas desigualdades, mas também contribui para que afrodescendentes sejam mais vulneráveis à violência, criando um ciclo difícil de romper.

O compromisso do Banco Mundial com o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza passa, necessariamente, pelo enfrentamento às causas estruturais dessas diversas manifestações de exclusão. Por isso, esta é uma agenda prioritária para a instituição no Brasil. Por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, o governo federal e governos locais, na última década investimos em diversos estudos regionais e nacionais com o objetivo de compreender e dar visibilidade a essas desigualdades, e promover políticas inclusivas e antirracistas, apoiadas com cooperações técnicas e projetos de investimento focalizados em áreas e populações mais vulneráveis. Mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Uma das principais prioridades é alcançar uma compreensão ainda mais profunda e precisa das necessidades e especificidades dessa população, que permita melhor direcionar e avaliar políticas públicas. Para enfrentar esses desafios, torna-se indispensável o uso de indicadores e métricas que revelem as particularidades dos fatores geradores da extensão da violência contra afrodescendentes. Neste sentido, o Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência, produto da parceria do Banco Mundial com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ministério da Igualdade Racial e a UNESCO, traz uma contribuição pioneira na região.

Este produto faz parte do projeto de cooperação técnica “Inclusão Racial para a Promoção da Paz no Brasil”, que buscou contribuir com os esforços do Ministério da Igualdade Racial para a prevenção da violência contra a população negra, com apoio ao lançamento do Plano Juventude Negra Viva; e para a melhor gestão e redução de conflitos em territórios quilombolas. O Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra representa nosso compromisso com a promoção da equidade racial e nossa expectativa de que a criação de um indicador específico para compreender melhor as diferentes dimensões de vulnerabilidade da população afrodescendente, além de monitorar essa realidade, seja um passo fundamental nessa direção.

Johannes Zutt

Diretor do Banco Mundial para o Brasil

UNESCO

A luta contra o racismo e a busca pela paz sempre estiveram na origem da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desde sua criação em 1945. Se, por um lado, a agência especializada da ONU foi criada com a missão de combater todas as formas de intolerância e discriminação, a UNESCO também teve outorgado a seu mandato a busca pela cultura de paz, como já ilustrava o seu ato constitutivo, ao dizer que: *“Se uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”*.

A UNESCO também está comprometida, em âmbito global, com a promoção da paz e da justiça por meio de seu papel pioneiro na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, sendo a agência guardiã do ODS 4, referente à educação de qualidade para todos. Dessa forma, no plano internacional, tornaram-se célebres os programas de educação antirracista da UNESCO, bem como os conteúdos sobre a história e cultura africana, como a famosa Coleção História Geral da África (HGA), importante instrumento para a implementação da Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do Brasil, do ensino fundamental até o ensino médio. Outras iniciativas, como a *Coalizão Internacional de Cidades Inclusivas e Sustentáveis*, reúne municípios comprometidos com o enfrentamento do racismo por meio da troca de boas práticas e conteúdos apoiados pela nossa Organização.

Do mesmo modo, desde a inauguração de seu escritório no Brasil, a UNESCO tem desenvolvido pesquisas, estudos e diagnósticos inovadores ligados à valorização da juventude e da sociedade brasileira. Assim, desde os anos 2000, a Organização já denunciava o fenômeno da crescente mortalidade de jovens negros periféricos nos grandes centros urbanos brasileiros.

A violência letal e as vulnerabilidades que afetam a juventude negra brasileira são questões complexas que transcendem fatores socioeconômicos e refletem o impacto profundo do racismo estrutural. No contexto do Plano Juventude Negra

Viva (PJNV), lançado em 2024 pelo governo federal, é ressaltada a importância da educação como uma ferramenta de proteção contra a violência. Contudo, dados mostram que, embora a educação seja um fator essencial de proteção, ela, por si só, não elimina a desigualdade racial que permeia a violência, o que evidencia a necessidade de uma análise mais ampla.

Estudos revelam – como veremos na publicação a seguir – que, em 2021, um jovem negro com ensino superior tinha três vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco com a mesma escolaridade. É imprescindível considerar dimensões como raça, desigualdade social e de renda, emprego e renda, e acesso à educação quando contextualizamos a juventude brasileira. Uma análise racializada nos ajuda a ampliar as estratégias e as possibilidades de desenvolvimento pleno da juventude negra no Brasil, bem como a reduzir o impacto do racismo estrutural.

No papel de Organização comprometida com a igualdade e os direitos humanos, a UNESCO enfatiza a urgência da formulação e da implementação de políticas públicas que reconheçam o racismo como uma variável central da vulnerabilidade. Desde 2015, a UNESCO e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a pedido da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vêm desenvolvendo o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial*, uma iniciativa que agora foi ampliada para incorporar mais de maneira mais direta a dimensão racial. Com isso, esta obra busca dar visibilidade a esses temas e destaca a importância de uma análise orientada por dados desagregados, para viabilizar um olhar com foco nas realidades de jovens negros com o intuito de transformá-las e incentivar soluções que promovam a justiça social e enfrentem o racismo estrutural.

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos nossos parceiros desta publicação, o Banco Mundial e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), e ao nosso parceiro histórico, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A publicação também conversa com dois programas importantes da UNESCO. O primeiro deles é o Programa de Combate ao Racismo e Discriminação (*Fight Against Racism and Discrimination*), do nosso Setor de Ciências Humanas e Sociais, que tem promovido ações de enfrentamento ao racismo criando redes sustentáveis e antirracistas, mobilizando líderes governamentais e não governamentais por meio de um fórum global anual, e desenvolvido ações e ferramentas antirracistas para serem utilizadas por diferentes áreas da sociedade (educação, comunicação e cultura, entre outras). O segundo

programa é a iniciativa MOST (*Management of Social Transformations*, ou “Gestão das Transformações Sociais”), criada em 1994 com vistas a promover pesquisas e políticas públicas baseadas em evidências para enfrentar os desafios sociais contemporâneos, especialmente nas áreas de inclusão social, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades. Seu objetivo consiste em auxiliar os governos dos 194 países-membros da UNESCO a tomarem decisões fundamentadas e conscientes para transformar as sociedades de maneira justa e inclusiva.

A UNESCO, ao evidenciar os dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil com desagregação por gênero e raça, espera seguir contribuindo para a formulação de políticas públicas para a diversidade e para a inclusão da nossa juventude, especialmente jovens negros e negras. Assim, ao propormos um indicador inovador em relação aos indicadores existentes, que destaca a importância dos recortes racial e social quando analisamos a juventude brasileira, o IVJ-N promoverá o diálogo entre cientistas, formuladores de políticas e a sociedade civil, incluindo a elaboração de recomendações práticas para os desafios sociais emergentes.

Marlova Jovchelovitch Noletto

Diretora e representante da UNESCO no Brasil

1. INTRODUÇÃO

Em março de 2024, por ocasião do lançamento do PJNV “Plano Juventude Negra Viva: compromisso do Governo Federal para a redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais que afetam a juventude negra e para o enfrentamento ao racismo estrutural”, uma das estratégias destacadas no documento do Plano foi a de ressaltar a relevância da promoção da educação e de outras dimensões socioeconômicas como fator de proteção contra a violência, na ideia de combinar diferentes dimensões da vida social para se criar ferramentas mais acuradas de medição da influência e dos efeitos da variável raça/cor na determinação da trajetória de vida da população negra do país. A premissa por trás desta estratégia é que o debate sobre a violência que vitima negros e negras fica, muitas vezes, circunscrito à esfera criminal, em especial dos crimes letais como homicídios e letalidade policial. Todavia, se esta esfera é uma dimensão das mais importantes para a análise da violência contra jovens negros e merece ser destacada, ela é insuficiente para dar conta dos efeitos combinados do racismo e dos riscos aos quais a juventude negra brasileira está submetida.

O Plano Nacional Juventude Negra Viva (PJNV), uma iniciativa que visa reduzir as vulnerabilidades e a violência letal que acometem a juventude negra no país, representa um aprimoramento e uma atualização do antigo plano existente – o Plano Juventude Viva (PJV), lançado em 2012 e descontinuado em 2019. Enquanto o PJV havia estabelecido importantes bases para a atuação do Estado no enfrentamento à violência contra a juventude, PJNV não apenas dá continuidade a essas iniciativas, mas também as expande, com um foco ainda maior para a questão da violência letal contra jovens negros, reconhecendo-a como um problema tanto estrutural quanto racializado. A própria mudança de nome, de “Juventude Viva” para “Juventude Negra Viva”, ressalta a importância de explicitar a identidade racial da juventude negra e as particularidades das desigualdades que enfrenta.



Por esta razão, o Governo Federal - por meio do Ministério da Igualdade Racial, o Banco Mundial e o State and Peacebuilding Fund, a UNESCO e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uniram esforços para a criação do **Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência (IVJ-N)**. Trata-se de uma ferramenta analítica que parte do conceito de vulnerabilidade, que é, por sua vez, delimitado por “processos sociais dinâmicos e multigeracionais que envolvem pelo menos três dimensões: exposição a trajetórias de riscos, capacidades internas e externas de reação e possibilidades de adaptação baseada tanto na intensidade do risco quanto na resiliência das pessoas” (SCHUMANN; MOURA, 2015). No caso, o IVJ-N parte de uma tradição de abordagem multifatorial da violência ao reunir variáveis que têm sido mobilizadas na explicação da desigual vitimização de jovens negros pela violência. Ele tem por objetivo promover o engajamento em torno de uma pauta e/ou tema de política pública e visa mostrar a importância estratégica do **Plano Juventude Negra Viva**.

Em termos históricos, a proposta de reunir em um único índice sintético teve início em 2009, quando o então Ministério da Justiça encomendou ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública um indicador capaz de resumir a multiplicidade de fatores que vulnerabilizam a juventude brasileira ante a violência letal. Naquele momento, o Ministério da Justiça havia estruturado o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) e estava preocupado em dispor de dados para o monitoramento das ações e programas de prevenção da violência que estavam sendo objeto de sua atenção. Já havia a compreensão por parte da equipe do ministério de que a juventude deveria ser vista como um segmento estratégico das intervenções de prevenção da violência, na medida em que várias são as evidências que os jovens são o segmento etário com maior concentração de vítimas e de autores da violência, sobretudo a de natureza letal.

Assim, em 2009, como fruto dessa abordagem, o primeiro indicador criado foi o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, que permitiu analisar condições de vida da população jovem de todos os municípios com mais de 100 mil habitantes do Brasil segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição do contingente juvenil à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios de residência desses jovens e adolescentes. Em termos conceituais, o IVJ de 2009 partiu da relação entre juventude e riscos de diferentes naturezas, decorrentes, sobretudo, do comportamento desse grupo demográfico diante das

novas realidades e necessidades a que se expõe. Entre os fatores determinantes do grau de exposição dos jovens a esses riscos, ressaltam-se suas condições de vida e os ambientes sociais em que vivem, com destaque para o padrão de urbanização brasileiro e segregação espacial. Isso faz com que as possibilidades e os riscos a que estão expostos grupos sociais segregados não decorram apenas de comportamentos individuais ou característicos de grupos demográficos, como os jovens em geral. Esses comportamentos são também influenciados pelo ambiente social e pelos territórios em que tais grupos vivem.

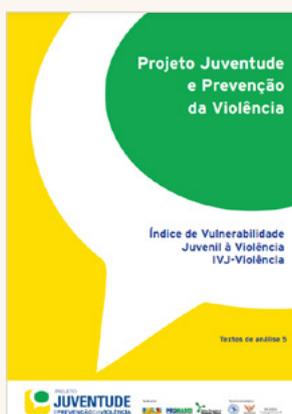
Em 2015, como forma de contribuir na construção dos sistemas monitoramento do Programa do Governo Federal “Juventude Viva”, de 2012, a UNESCO e a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República encomendam ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública uma atualização do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) e o desenvolvimento de um indicador que contemplasse explicitamente um recorte racial em relação ao que tinha sido desenvolvido em 2009. Para a UNESCO, o novo IVJ Desigualdade Racial tinha como meta incidir para o enfrentamento do racismo como uma das prioridades da gestão pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal, para que fossem desenvolvidas novas políticas públicas para a juventude negra. Não à toa, na apresentação que fez da versão de 2015, a UNESCO no Brasil reiterava a importância do Plano Juventude Viva como um importante vetor de transformação da situação dos jovens negros na sociedade brasileira. Em 2017, a nova gestão da Secretaria Nacional de Juventude reconfirma a prioridade política e estratégica de combate à violência contra jovens negros e pede à UNESCO para atualizar o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial para todas as Unidades da Federação, porém pede a inclusão da intersecção entre raça e gênero, de modo a permitir a análise das vulnerabilidades das mulheres jovens negras e dos homens jovens negros.

Em 2024, o Ministério da Igualdade Racial – MIR, no âmbito do Projeto de Cooperação com o Banco Mundial “apoio ao desenvolvimento do Plano Juventude Negra Viva”, contrata novamente o Fórum Brasileiro de Segurança Pública para a elaboração de um indicador de Risco Relativo de Morte Violenta de jovens segundo escolaridade e raça/cor, de modo a mostrar, exatamente, o caráter multifatorial que engendra a urgência de políticas antirracistas. Ciente desta iniciativa, a UNESCO se une ao esforço interagen- cial e propõe um novo índice sintético que incorpore a dimensão racial como variável estruturante da mensuração da vulnerabilidade juvenil à violência e não apenas como variável interveniente altamente correlacionada com variáveis socioeconômicas. Um

índice que explicita as condições de vulnerabilidade à violência exclusivamente da população negra jovem, nela considerada a juventude preta e parda do país.

Por essa abordagem, o **Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência (IVJ-N)** inova em relação às versões anteriores dos Índices de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial e separa, no limite, as dimensões raça e classe social. Com esse olhar, o novo índice, que foi desagregado por Unidades da Federação em razão da disponibilidade atual dos dados demográficos de raça/cor, reforça a centralidade do debate sobre desigualdades raciais nas políticas públicas brasileiras e tenta contribuir para o fortalecimento da formulação e da implementação não só do Plano Juventude Negra Viva, mas de toda uma sorte de programas e ações governamentais que visam enfrentar o racismo e fomentar a prevenção da violência como elementos de equidade, justiça social e cidadania.

1.1 EDIÇÕES DOS ÍNDICES DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA



IVJ 2009: Esta edição utiliza dados do IBGE e do Datasus de 2006 e 2007 e apresenta os resultados detalhados em duas grandes dimensões (contexto socioeconômico e segurança pública) e por estimativas demográficas para municípios com mais de 100 mil habitantes e Unidades da Federação.



IVJ 2015: Esta edição utiliza dados do IBGE e do Datasus de 2012 e apresenta os resultados detalhados em quatro dimensões analítica (Violência entre os jovens; Frequência à escola e situação de emprego; Pobreza no município; e Desigualdade) e por estimativas demográficas para municípios com mais de 100 mil habitantes e, no caso do risco relativo de mortes de jovens negros em relação ao de jovens brancos, por Unidades da Federação. A edição introduz, ainda, o IVJ - Violência e Desigualdade Racial, que

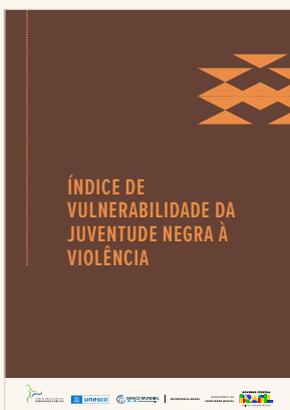


analisa a vulnerabilidade juvenil à violência considerando o risco relativo de mortalidade por homicídios como variável interveniente. Essa edição utiliza dados de 2012 e compara os resultados com a edição de 2009.

IVJ 2017: A edição de 2017 atualiza o IVJ - Violência e Desigualdade Racial de 2015 com dados do IBGE e do Datasus de 2015 para municípios com mais de 100 mil habitantes e UF. São adotadas as mesmas dimensões da versão 2015. Além disso, esta edição inclui uma análise inédita do homicídio de jovens a partir das variáveis de gênero e raça por Unidades da Federação.

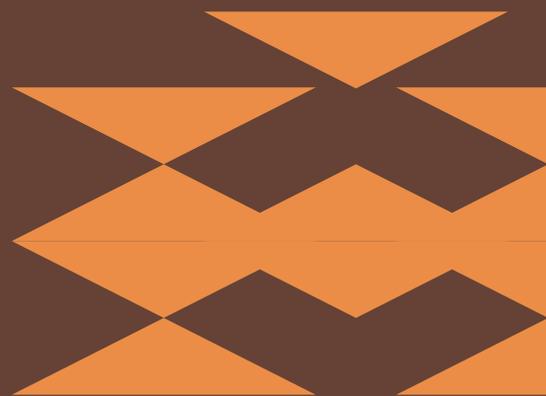


Indicador de Risco Relativos de Morte Violenta de Jovens 2024 por Escolaridade e Raça/Cor. A edição calcula a desigualdade racial por Unidades da Federação expressada pela razão entre a taxa de mortalidade violenta de jovens negros e a taxa de mortalidade violenta de jovens brancos a partir de variáveis de escolaridade e raça/cor para o ano de 2021. A população necessária ao cálculo das taxas foi estimada para 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o número de mortes foi extraído do Datasus, do Ministério da Saúde.



Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência (IVJ-N) 2024. Nesta versão, o índice é subdividido também em grandes quatro dimensões (Mortalidade entre os jovens; Acesso à Escola; Emprego e Renda; e Desigualdade), mas com variáveis diferentes das edições anteriores, que foram calculadas com base nos dados de 2023 da PNAD/IBGE, Datasus, e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de modo a selecionar apenas o estrato de pessoas pretas e pardas da população brasileira. O novo índice está calibrado para medir exclusivamente a vulnerabilidade da juventude negra à violência no país, na premissa que mesmo com a forte correlação entre raça e classe social, é preciso isolar os efeitos dessas duas dimensões/marcadores da diferença. O IVJ-N foi desagregado por Unidades da Federação e macrorregiões do país.

2. RISCO RELATIVO DE MORTE VIOLENTA DE JOVENS SEGUNDO ESCOLARIDADE E RAÇA/COR



O ponto de partida para a construção do Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência foram os achados empíricos trazidos no Plano Juventude Negra Viva e que davam conta de demonstrar que a escolaridade, uma das mais importantes políticas sociais para o desenvolvimento e inclusão social, constitui-se em variável determinante nas taxas de mortalidade da população jovem no Brasil: quanto mais anos de estudo, menor a mortalidade por homicídios, conforme têm apontado não poucos estudos (BRASIL, 2024, p. 332-337; Cerqueira et al, 2016; Kopittke, 2023). Todavia, se a escolaridade de fato previne a violência letal, ela sozinha não anula os efeitos estruturais do racismo. E, para testar este argumento, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública calculou o Risco Relativo de Morte Violenta de jovens segundo escolaridade (mortes violentas de jovens com ensino fundamental incompleto x mortes violentas de jovens com ensino superior incompleto e completo) e raça/cor.

Por este procedimento, inicialmente, foi assumida a hipótese de que o acesso a níveis educacionais mais elevados funcionaria como *proxy* de diminuição do conjunto de vulnerabilidades que aumentam o risco à violência letal. De acordo com esse raciocínio, os jovens que tiveram condições de iniciar um curso superior estariam, em tese, menos vulneráveis à violência, logo, seria possível projetar taxas de mortalidades por homicídio menores neste grupo. Preliminarmente, consideramos jovens com ensino fundamental incompleto, grupo que apresentou as maiores ta-

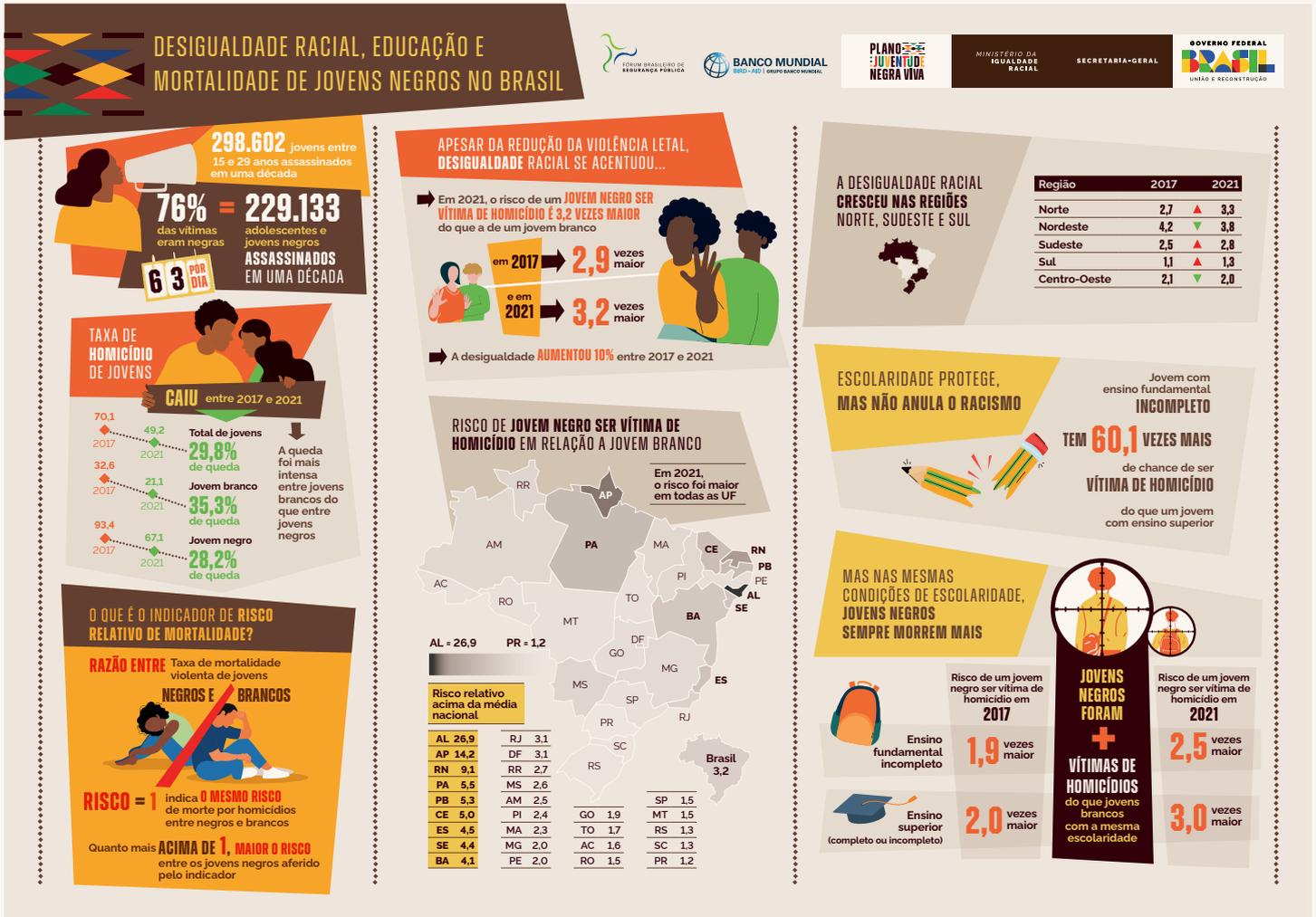
xas de homicídio, em comparação com jovens com ensino superior (incompleto ou completo). Ao calcularmos o Risco Relativo para toda a população de jovens no Brasil, sem desagregá-los por raça/cor, observamos um aumento que passou de 50,1, em 2017, para 60,1, em 2021. Ou seja, em 2021, um jovem com ensino fundamental incompleto tinha 60,1 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem com ensino superior (incompleto ou completo).

Tabela 01 Risco Relativo de morte por homicídio de jovens negros em comparação com jovens brancos segundo nível de escolaridade
Brasil e Grandes Regiões

Brasil e Grandes Regiões	Fundamental incompleto		Superior (incompleto ou completo)	
	2017	2021	2017	2021
Brasil	1,9	2,5	2,0	3,0
Região Norte	2,2	3	2,8	1,4
Região Nordeste	3,4	3,1	2,4	3,3
Região Sudeste	1,6	2,4	1,0	2,2
Região Sul	0,8	1,0	1,8	1,1
Região Centro-Oeste	1,6	1,5	1,1	1,9

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus e IBGE (PNAD); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNESCO.

Buscando verificar a influência da raça no impacto da escolaridade na prevenção da violência letal, o Risco Relativo de Mortes Violentas foi novamente calculado mas agora considerando Jovens Negros em relação aos Jovens Brancos, a partir dos mesmos níveis educacionais já desenhados anteriormente. Com isso, observa-se que, em 2017, um jovem negro com ensino fundamental incompleto tinha 1,9 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco com a mesma escolaridade. Em 2021, essa relação havia aumentado para duas vezes. Todavia, o que chamou mais a atenção foi que, quando analisamos os dados de mortalidade por homicídios de negros em relação aos brancos com ensino superior (incompleto ou completo) vemos que, em nível nacional, um jovem negro com ensino superior completo ou incompleto tinha, em 2021, 3 (três) vezes mais chance de ser vítima de homicídio do que um jovem branco com o mesmo nível educacional. E que, em comparação a 2017, essa relação havia crescido 50%.



O gráfico 1 mostra que esse agravamento do risco relativo se deu em paralelo à redução das taxas de mortes violentas no Brasil que tem sido observada nos últimos anos. Em 2023, embora as taxas de homicídios tenham atingido seu mínimo histórico na série analisada (2016 a 2023), tanto entre jovens negros, quanto entre não negros, o risco relativo de um jovem preto ou pardo ser assassinado ainda era 3,1 vezes maior do que o dos demais jovens. Este número é ainda maior do que o observado no início da série, quando a razão era de 2,7. Ou seja, ainda que o Brasil tenha diminuído os homicídios de jovens nos últimos oito anos, esta redução não atingiu negros e não negros de maneira uniforme, aumentando ainda mais a distância entre os índices de cada grupo.

Gráfico 01 Taxa de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, por raça/cor, e Risco Relativo de Mortes Violentas de Jovens Negros em relação aos Jovens Brancos Brasil (2016-2023)



Fonte: Ministério da Saúde; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

E é neste contexto que é essencial destacar o papel que o mito da democracia racial ainda desempenha e das dificuldades de se explicitar a influência estrutural do racismo na trajetória de vida [e de morte] dos jovens brasileiros. Falar de racismo no Brasil permanece um tabu, bem como há aderência à concepção de que aqui vivemos em uma sociedade em que não há discriminação racial, pois esta estaria subsumida na estrutura de classes (Guimarães, 2009). Hasenbalg (1979), sociólogo argentino que, junto com Lélia Gonzalez, publicou em 1982 “Lugar de Negro”, foi quem primeiro estabeleceu o elo entre discriminação racial e desigualdades sociais. A sua tese central é de que há uma articulação entre exploração de classe e opressão racial, que em conjunto operam para alijar a população negra dos bens materiais e simbólicos. Com base nas conclusões de suas pesquisas, o autor atribui ao racismo as razões da marginalização social do povo negro.

Podemos colocar essa construção em diálogo com a leitura de Sueli Carneiro (2023, p.20), que localiza a raça como um fator que impacta a própria estrutura de classes, afirmando que a pobreza que assola os negros no Brasil é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dessa população. E como o racismo se manifesta? Às polaridades de ser branco e de ser negro são associados valores, privilégios e desvantagens, conforme se esteja em um ou outro polo. Notório é que o polo negro agrega em torno de si as construções de desvantagens.

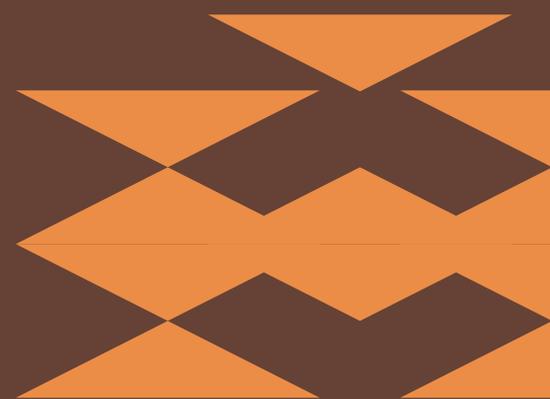
Para Sueli Carneiro (2023), a cor da pele desempenha papel central, identificando pela dualidade, superior/inferior, respectivamente, a branquidade e a negritude. São

atribuídos valores a cada um dos agrupamentos humanos. Além disso, ao considerarmos o paradoxo em que há negação do peso do racismo na reprodução de injustiças sociais, que convive, no contexto nacional, com taxas de mortalidade para negros sempre superiores aos brancos, mostra-se imprescindível considerar a raça como ferramenta de investigação. Assim, ao refletirmos sobre a relação que se estabelece entre raça, juventude, desigualdade e racismo frente a um contexto em que se tem a maior vulnerabilização da juventude negra, não podemos ignorar o impacto e as reverberações da violação do direito à vida para esse segmento social. À medida que as trajetórias dos jovens negros são interrompidas, torna-se evidente que o futuro que nos aguarda, como sociedade, está condenado à morte (Gomes & Laborne, 2018).

Em síntese, a população negra brasileira está inserida historicamente em um contexto de maior vulnerabilidade à violência quando comparada às pessoas brancas. Este é um cenário que se caracteriza por meio de diferentes tipos de violações de direitos, que se manifestam em campos distintos, seja no simbólico, psicológico, moral ou físico. Essa vulnerabilidade à violência tem como ponto basilar o racismo, que segundo Lélia Gonzalez (2020) é apresentado de forma denegada no Brasil, tendo em vista que se movimenta de maneira disfarçada, ainda que revelando-se contínua e rotineiramente na vida de pessoas negras. Nessa direção, as vulnerabilidades sociais e as violências sofridas pela população negra brasileira podem ser aferidas por diferentes indicadores e os resultados das dimensões que serão apresentadas a frente pretendem pautar esses contextos ao centralizar a questão da juventude negra.

Se a juventude, de modo geral já vivencia a vulnerabilidade em termos de mortalidade, acesso à escola, “emprego e renda”, e desigualdade, quando essas mesmas dimensões são analisadas com foco na população jovem negra, fica ainda mais evidente como essas quatro dimensões não são estanques, mas, ao contrário, estão intrinsecamente interligadas, formando um ciclo vicioso de exclusão e precarização. Cada uma dessas dimensões reforça as demais, dificultando a mobilidade social e o desenvolvimento pleno dos jovens negros. E isso fica ainda mais premente em um contexto de racismo estrutural que permeia todas as dimensões analisadas.

3. ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA JUVENTUDE NEGRA À VIOLÊNCIA (IVJ-N)



Ante o exposto, o IVJ-N 2024 é um indicador que se propõe a medir a vulnerabilidade dos jovens brasileiros à violência em quatro dimensões: “mortalidade”; “acesso à escola”; “emprego e renda”; e “desigualdade”.

3.1 METODOLOGIA

Em primeiro lugar, realça-se que, no IVJ-N, a população em questão é a de jovens, isto é, pessoas de 15 a 29 anos, conforme estabelecido pelo Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013). Em segundo lugar, para além da definição jurídica, é nessa faixa etária que estão concentradas as maiores taxas de vitimização por violência letal. No entanto, um índice sintético que se proponha a mensurar a questão da vulnerabilidade à violência necessariamente precisa contemplar diversas outras dimensões associadas ao tema e não ficar circunscrito apenas aos homicídios e demais mortes violentas intencionais, combinando dados de diferentes aspectos da vida. Por essa abordagem, foram definidas quatro dimensões para a formação do presente índice e seleção de suas variáveis: 1) Mortalidade entre os jovens; 2) Acesso à escola; 3) “emprego e renda”; e (4), Desigualdade Socioeconômica.

As variáveis utilizadas em cada dimensão, expressas no quadro 1, têm como fontes de dados as estatísticas disponíveis em transparência ativa que possuem atualização anual. Essa foi uma premissa que buscamos respeitar para que a atualização anual seja viável, assegurando um reflexo mais preciso da realidade.

Quadro 01 Variáveis selecionadas para compor o IVJ-N 2024
Ano base 2022

Dimensão	Descrição	Fonte
Mortalidade entre os/as jovens	Taxa de homicídios da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus
	Taxa de Mortes Decorrentes de Intervenções Policiais (MDIP) da juventude negra (15 a 29 anos)	Anuário/ FBSP
	Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus
	Taxa de mortalidade por causas evitáveis (excluir item 1.5 do Datasus) da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus
	Taxa de suicídio da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus
Acesso à escola	Proporção da juventude negra de 15 a 18 anos que não frequentam escola	IBGE/PNAD
	Proporção da juventude negra de 18 anos e mais com menos de oito anos de estudo	IBGE/PNAD
Emprego e renda	Proporção da juventude negra (15 a 29 anos) com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados)	IBGE/PNAD
	Proporção da juventude negra (18 a 29 anos) que não trabalham e não estudam	IBGE/PNAD
	Proporção da juventude negra (15 a 29) anos com renda familiar per capita inferior a um meio do salário-mínimo	IBGE/PNAD
Desigualdade	Proporção da juventude negra (15 a 29 anos) que moram em casas com 5 ou mais pessoas	IBGE/PNAD
	Proporção da juventude negra (15 a 29 anos) com renda per capita até um quarto de SM sem bolsa família	IBGE/PNAD
	Proporção da juventude negra de 18 a 29 anos responsável pelo domicílio com até 8 anos de estudo	IBGE/PNAD

Fonte: Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência, Ano base 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNESCO.

A primeira dimensão, a mortalidade entre os/as jovens, reflete diretamente os riscos à vida que a juventude negra enfrenta. Indicadores como homicídios, demais mortes violentas intencionais (letalidade policial, lesões seguidas de morte), acidentes de trânsito, causas evitáveis e suicídios revelam a intensidade da violência e da insegurança que impactam a desses/as jovens. Essas variáveis ajudam a compreender o ambiente carente de políticas públicas que buscam preservar a vida dessa parcela da população, sendo fatores determinantes para a vulnerabilidade à violência e a necessidade de medidas de proteção e intervenção.

A segunda dimensão é o acesso à escola e traz variáveis como frequência à escola e anos de estudo. Uma vez que a baixa escolaridade pode estar associada a diversas formas de vulnerabilidade à violência, como comportamentos de risco e exposição à violência criminal (BRASIL, 2024), essa dimensão permite identificar que existem barreiras que impedem o acesso à educação.

A terceira dimensão trata de “emprego e renda”, considerando as oportunidades econômicas disponíveis para a juventude negra. A inserção precária no mercado de trabalho, a alta taxa de jovens negros/as que não trabalham nem estudam e a baixa renda familiar são indicadores de vulnerabilidade socioeconômica. Essas condições limitam o acesso a bens e serviços essenciais, podendo aumentar o estresse e a ansiedade e podendo culminar, além disso, na participação desse grupo em atividades de risco. Nesse sentido, esta é uma dimensão com potencial de ajudar no desenvolvimento de programas de inclusão e suporte.

Por fim, a quarta dimensão é a da “desigualdade socioeconômica”, analisando a proporção da juventude negra que (i) mora em domicílios com cinco pessoas ou mais, (ii) que possui renda per capita até um quarto de Salário-Mínimo (SM) sem bolsa família e (iii) de jovens negros/as responsáveis pelo domicílio com até oito anos de estudo. Essas desigualdades podem impactar diretamente a qualidade de vida e as oportunidades disponíveis para a juventude negra, influenciando seu risco de ser vítima ou autor de violência letal. Esta dimensão é crucial para entender como as desigualdades estruturais contribuem para a vulnerabilidade à violência e para direcionar políticas que visem reduzir essas disparidades.

As quatro dimensões se entrelaçam e se complementam para oferecer um panorama completo da vulnerabilidade juvenil negra à violência. A mortalidade; o acesso à educação; as oportunidades de trabalho; e a desigualdade social são fatores interligados que moldam as trajetórias de vida dos jovens negros e determinam seus futuros. Jovens esses que vivem em contextos tidos como violentos, com poucas oportunidades de estudo e trabalho, e em condições de desigualdade são mais vulneráveis à violência do que aqueles que, em oposição, vivem em contextos mais seguros, que podem estudar e trabalhar com uma renda digna, e em um ambiente mais paritário e menos desigual.

Em conclusão, as quatro dimensões que compõem o IVJ-N 2024 foram elaboradas a partir do modelo conceitual do IVJ 2017, desenvolvido pela UNESCO e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Porém, a versão atual, em cada dimensão, traz variáveis diferentes daquelas apresentadas em 2017, além de considerar exclusivamente a população jovem negra (preta e parda). Assim, é importante ter em mente que, em decorrência de tais alterações metodológicas, os resultados do IVJ-N 2024 não são diretamente comparáveis com os resultados do IVJ 2017. Como consequência, pode ser que a classificação de cada UF dentro da escala de vulnerabilidade mude de

2017 para 2024. E essa mudança precisa ser lida criticamente: não necessariamente ela significa que tenham ocorrido alterações no fenômeno da vulnerabilidade juvenil naquele estado, para melhor ou pior. É preciso considerar que novos parâmetros metodológicos podem influir no resultado. Outro esclarecimento é que o conceito de Índice Sintético adotado é, por definição, relativo, ou seja, a posição de uma Unidade da Federação sempre é calculada em relação às demais, mesmo que, na comparação indireta entre as várias edições, uma UF pode ter reduzido seus índices de vulnerabilidade de jovens negros à violência. A posição de uma UF sempre será determinada pela média ponderada global de todas as Unidades da Federação.

3.1.1 Detalhamento dos indicadores sintéticos setoriais

O Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência 2024 é calculado com base na média ponderada de quatro dimensões, cada uma representada por um indicador sintético específico. Cada indicador sintético específico é resultado da combinação das variáveis existentes em cada dimensão. O objetivo é fornecer uma visão geral, simplificada e integrada, facilitando a análise e a comparação. O IVJ-N 2024 é composto por quatro desses indicadores, cujos pesos são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 02 Pesos utilizados no cálculo dos indicadores setoriais

Dimensão	Descrição	Fonte	Peso
Mortalidade entre os jovens	Taxa de homicídios da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus	0,3
	Taxa de Mortes Decorrentes de Intervenções Policiais (MDIP) da juventude negra (15 a 29 anos)	Anuário/ FBSP	0,2
	Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus	0,2
	Taxa de mortalidade por causas evitáveis (excluir item 1.5 do Datasus) da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus	0,15
	Taxa de suicídio da juventude negra (15 a 29 anos)	Datasus	0,15
Acesso à escola	Proporção da juventude negra de 15 a 18 anos que não frequentam escola	IBGE/PNAD	0,5
	Proporção da juventude negra de 18 anos e mais com menos de oito anos de estudo	IBGE/PNAD	0,5
Emprego e renda	Proporção da juventude negra (15 a 29 anos) com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados)	IBGE/PNAD	0,33
	Proporção da juventude negra (18 a 29 anos) que não trabalham e não estudam	IBGE/PNAD	0,33
	Proporção da juventude negra (15 a 29) anos com renda familiar per capita inferior a um meio do salário-mínimo	IBGE/PNAD	0,33
Desigualdade	Proporção da juventude negra (15 a 29 anos) que moram em casas com 5 ou mais pessoas	IBGE/PNAD	0,33
	Proporção da juventude negra (15 a 29 anos) com renda per capita até um quarto de SM sem bolsa família	IBGE/PNAD	0,33
	Proporção da juventude negra de 18 a 29 anos responsável pelo domicílio com até 8 anos de estudo	IBGE/PNAD	0,33

Fonte: Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência, Ano base 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNESCO.

Cumprido destacar que, na ponderação final do Índice, a dimensão da Mortalidade tem o dobro do peso das demais dimensões no cálculo do IVJ-N, de modo a garantir potência analítica à esta dimensão e assegurar que, nos estados onde a mortalidade juvenil negra é alarmante, esse fator será adequadamente refletido no indicador, chamando atenção para os locais que precisam de maior intervenção no que tange à preservação de vidas.

Ao final, o indicador IVJ-N – é dado pela seguinte média ponderada:

$$IVJ-N = 0,4 \cdot D_1 + 0,2 \cdot D_2 + 0,2 \cdot D_3 + 0,2 D_4$$

O índice varia de 0 a 1. O valor 1 (um) indica o maior grau de vulnerabilidade à violência e, em sentido oposto, o valor 0 (zero) o menor. A escala de vulnerabilidade à violência foi calculada por meio da técnica de análise de agrupamentos e está dividida em quatro níveis, conforme o quadro 3.

Quadro 03 Escala de vulnerabilidade da juventude negra à violência

IVJ-N - Violência	Vulnerabilidade
Inferior a 0,350	Baixa
Entre 0,351 e 0,500	Média
Entre 0,501 e 0,650	Alta
Superior a 0,651	Muito alta

Fonte: Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência, Ano base 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNESCO.

3.1.2 Fontes de dados utilizadas na construção do IVJ-N

Para cálculo dos indicadores que compõem o IVJ-N, foi utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do IBGE, referente ao 2022. Essa opção é justificada porque os microdados do Censo 2022, o último realizado, ainda não foram divulgados pelo IBGE até o momento em que este relatório foi finalizado. Os microdados são conjuntos de dados detalhados que contêm informações desagregadas sobre os indivíduos, permitindo uma análise mais aprofundada das características da população. Eles são necessários porque permitem cruzar diferentes conjuntos de dados, combinando variáveis e níveis de granularidade para uma análise mais precisa. A indisponibilidade dos microdados do Censo 2022 colocou a PNAD como melhor alternativa a ser utilizada no momento. Além da PNAD, a elaboração do índice contou também com

dados do Datasus/Ministério da Saúde, que contempla os diferentes tipos eventos que culminam na mortalidade de jovens. De forma complementar, para dar visibilidade à questão da letalidade estatal decorrente de intervenções policiais no que tange à vulnerabilidade de jovens à violência, o índice conta com dados provenientes do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS



Descritos os percursos conceitual e metodológico necessários à produção do Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência, é possível, nesta seção, apresentar os resultados e principais análises derivadas. Nesse sentido, a tabela 1 permite observar que oito estados brasileiros estão classificados na faixa de Unidades da Federação com vulnerabilidade da juventude negra à violência muito alta, a saber: Alagoas (0,767), Sergipe (0,757), Amazonas (0,751), Maranhão (0,737), Amapá (0,735), Pará (0,720), Pernambuco (0,673) e Paraíba (0,665). Na sequência, seis estados apresentam alta vulnerabilidade da juventude negra à violência (RN, BA, PI, AC, CE e RR). Onze estados registram média vulnerabilidade (RO, ES, MG, RJ, MS, TO, PR, RS, MT, GO, e SC, nesta ordem). E por fim, apenas duas Unidades Federativas foram classificadas com baixa vulnerabilidade: Distrito Federal (0,275) e São Paulo (0,321).

Tabela 02 Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência (IVJ-N)
Por UF – Ano base 2022

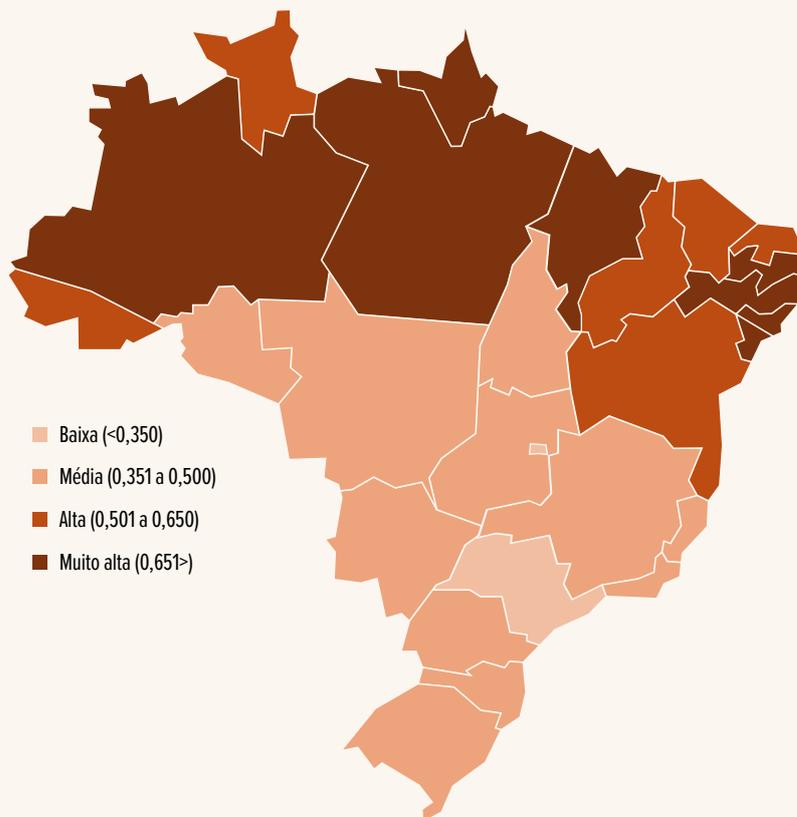
Unidades da Federação	Indicador sintético IVJ-N	Escala de vulnerabilidade
Alagoas	0,767	Muito alta
Sergipe	0,757	Muito alta
Amazonas	0,751	Muito alta
Maranhão	0,737	Muito alta
Amapá	0,735	Muito alta
Pará	0,720	Muito alta
Pernambuco	0,673	Muito alta
Paraíba	0,665	Muito alta
Rio Grande do Norte	0,644	Alta
Bahia	0,639	Alta
Piauí	0,637	Alta
Acre	0,621	Alta
Ceará	0,610	Alta
Roraima	0,553	Alta
Rondônia	0,456	Média
Espírito Santo	0,431	Média
Minas Gerais	0,430	Média
Rio de Janeiro	0,420	Média
Mato Grosso do Sul	0,419	Média
Tocantins	0,417	Média
Paraná	0,416	Média
Rio Grande do Sul	0,384	Média
Mato Grosso	0,373	Média
Goiás	0,361	Média
Santa Catarina	0,356	Média
São Paulo	0,321	Baixa
Distrito Federal	0,275	Baixa

Fonte: Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência, Ano base 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNESCO

De partida, cabe ressaltar que o IVJ-N, ao combinar diferentes dimensões socioeconômicas e raciais, gera resultados diferentes do que seriam obtidos apenas pela análise dos registros policiais, por exemplo. Por estes últimos, o Amapá foi o estado brasileiro com a maior taxa de mortes violentas intencionais – MVI em 2023, com 69,9 MVI para cada grupo de 100 mil habitantes, seguido da Bahia, com taxa de 46,5 MVI por 100 mil habitantes e de Pernambuco, com taxa de 40,2 MVI para cada grupo de 100 mil habitantes, segundo dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024). O que, em outras palavras, mostra que quando a questão da vulnerabilidade racial de jovens à violência é inserida no modelo de análise, é preciso adotar estratégias que não se resumem apenas à esfera penal e/ou policial. Por certo, o sistema de segurança pública e justiça criminal tem papel central na redução do racismo, mas os dados mostram que

ao combinar vulnerabilidades, há situações que outras dimensões e esferas de políticas públicas precisam ser consideradas nas soluções propostas. O mapa 1 apresenta uma representação visual da distribuição das UF, em que cada cor representa um grau de vulnerabilidade da juventude negra à violência, de acordo com a metodologia aqui criada.

Mapa 01 Escala de vulnerabilidade – IVJ-N
Ano base 2022



Fonte: Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência, Ano base 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNESCO

Pelo mapa 1 acima, é possível observar que todos os catorze estados categorizados como de alta e muito alta vulnerabilidade à violência para a população jovem negra estão nas regiões Norte e Nordeste do país. Já na região Centro-Oeste do país uma Unidade Federativa registra baixa vulnerabilidade à violência e, as demais, média vulnerabilidade à violência, o mesmo padrão observado para os estados do Sudeste. A região Sul é a única que apresenta um contexto semelhante dentre os estados que a compõe, todos apresentam média vulnerabilidade. O mapa mostra, portanto, uma disparidade geográfica clara em relação à vulnerabilidade à violência da juventude negra no Brasil.

Tabela
03

Índice de Vulnerabilidade Juvenil Negra (IVJ-N) e seus componentes
Por região – Ano base 2022

Região	Unidades da Federação	Índice de Vulnerabilidade Juvenil	Indicador de mortalidade entre os jovens	Indicador de acesso à escola	Indicador de emprego e renda	Indicador de desigualdade
Centro-Oeste	Distrito Federal	0,321	0,236	0,401	0,455	0,275
	Goiás	0,482	0,443	0,642	0,520	0,361
	Mato Grosso	0,503	0,541	0,559	0,499	0,373
	Mato Grosso do Sul	0,516	0,462	0,757	0,481	0,419
Nordeste	Alagoas	0,754	0,609	0,895	0,891	0,767
	Bahia	0,751	0,742	0,732	0,898	0,639
	Ceará	0,662	0,553	0,708	0,884	0,610
	Maranhão	0,651	0,400	0,740	0,979	0,737
	Paraíba	0,643	0,485	0,691	0,888	0,665
	Pernambuco	0,674	0,507	0,810	0,874	0,673
	Piauí	0,669	0,520	0,780	0,887	0,637
	Rio Grande do Norte	0,690	0,575	0,889	0,768	0,644
	Sergipe	0,702	0,575	0,788	0,816	0,757
Norte	Acre	0,621	0,415	0,677	0,875	0,724
	Amapá	0,727	0,701	0,644	0,856	0,735
	Amazonas	0,642	0,468	0,628	0,897	0,751
	Pará	0,714	0,623	0,746	0,855	0,720
	Rondônia	0,487	0,354	0,679	0,589	0,456
	Roraima	0,574	0,543	0,536	0,694	0,553
	Tocantins	0,539	0,550	0,550	0,630	0,417
Sudeste	Espírito Santo	0,537	0,484	0,743	0,546	0,431
	Minas Gerais	0,451	0,313	0,607	0,595	0,430
	Rio de Janeiro	0,553	0,571	0,524	0,677	0,420
	São Paulo	0,371	0,267	0,523	0,476	0,321
Sul	Paraná	0,526	0,475	0,815	0,447	0,416
	Rio Grande do Sul	0,446	0,348	0,621	0,531	0,384
	Santa Catarina	0,397	0,260	0,737	0,372	0,356

As regiões Norte e Nordeste concentram os estados com jovens mais vulneráveis à violência, o que pode estar relacionado a fatores históricos e estruturais, como desigualdades socioeconômicas, menor acesso a serviços públicos de qualidade (educação, saúde, segurança) e uma maior incidência de violência letal oriunda das dinâmicas da criminalidade organizada. E, em um achado que merece ser mais bem aprofundado em outros estudos, o estado de Alagoas aparece em todas as edições índices de vulnerabilidade juvenil à violência construídos desde 2009 como aquele em que a vulnerabilidade da juventude negra à violência é maior, mesmo que tais índices não sejam diretamente comparáveis entre si. Há, em Alagoas, uma questão racial particular que tem sido captada como geradora de vulnerabilidade juvenil à violência por diferentes lentes metodológicas.

Com relação às demais regiões, nota-se a predominância de estados de média vulnerabilidade da juventude negra à violência, o que sugere um contexto social mais heterogêneo ainda que com desafios significativos para as políticas públicas. Pensando nisso, para além do resultado geral do IVNJ, uma forma de adensar a análise é olhar para cada uma das dimensões que compõem o índice: mortalidade entre os jovens, acesso à escola, “emprego e renda”, e desigualdade. De forma global, o retrato combinado do IVJ-N indica que, em comparação com as demais dimensões, a que mais contribui para a maior vulnerabilidade de jovens negros à violência é a de “emprego e renda”. Quinze estados têm nessa dimensão os seus piores desempenhos. Na sequência está a dimensão de Acesso à Escola, com 12 estados onde tal dimensão tem maior contribuição na composição do IVJ-N. Isso revela o peso que outras políticas sociais que não apenas a segurança pública possuem na determinação das trajetórias de jovens negros. No caso das escolas, não obstante a quase universalização da oferta de educação para a juventude brasileira, a questão da qualidade e do tempo de permanência nas escolas parecem centrais no debate.

De outro lado, a edição 2024 do IVJ-N traz uma importante e positiva informação: a dimensão da Mortalidade é, mesmo com um peso de ponderação maior do que as demais dimensões, aquela que menos contribui para o resultado combinado do Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência em 17 estados. Esse um dado muito forte e que parece estar captando a mudança estrutural que vem ocorrendo na segurança pública brasileira desde 2018, quando as taxas de Mortes Violentas Intencionais começaram a cair em todas as Unidades da Federação. Ao que tudo indica, na determinação da vulnerabilidade da juventude negra à violência, a violência letal vai cedendo lugar para outras variáveis de natureza estrutural e, por conseguinte, mais complexas e demoradas de serem enfrentadas.

Ainda que este seja o retrato do Brasil como um todo, quando as dimensões do IVJ-N são analisadas por regiões geográficas brasileiras, algumas peculiaridades aparecem. Os quadros a seguir mostram as dimensões que mais contribuem para o cálculo do IJNV (destacadas em vermelho) e as dimensões que menos contribuem (em verde), desagregadas por Regiões e Unidades da Federação.

Uma primeira análise é relativa à região Sudeste do Brasil, onde a dimensão da mortalidade divide espaço com a desigualdade como as que menos contribuem na composição do IVJ-N. Nessa região, a maior contribuição para o IVJ-N está ligada

às variáveis que compõem a dimensão acesso à escola. Porém, no plano subnacional, é ressaltado que a mortalidade no estado do Rio de Janeiro é a 7ª mais alta do Brasil, e a mais alta da região Sudeste, Centro-Oeste e Sul, juntas. A realidade do Rio de Janeiro sugere que as questões associadas ao controle da violência letal e da criminalidade estão, neste estado, em dissonância com o padrão nacional e ainda se mostram sensíveis e graves.

Outra região que destoa do retrato nacional é a Centro-Oeste. Nela, a dimensão que mais aparece como a que menos contribui para o IVJ-N em três estados (GO, MT e MS) é a desigualdade. Por sua vez, a dimensão da região que mais afeta o IVJ-N é a de acesso à escola, aparecendo como a de peso na composição da vulnerabilidade da juventude negra à violência em todas as Unidades da Federação localizadas no Centro-Oeste do Brasil, com exceção do Distrito Federal. No DF, o IVJ-N é mais afetado pela dimensão “emprego e renda”. Vale ressaltar, contudo, que apesar de “emprego e renda” ser a dimensão que mais contribui para o IVJ-N do DF o índice de 0,455 observado no DF é o terceiro melhor do Brasil. Outro ponto de destaque sobre o Distrito Federal é que ele possui o menor Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência do país, fenômeno que se repete em todas as dimensões do indicador.

Por sua vez, na região Sul, um destaque é o fato de que os três estados têm na dimensão “Acesso à Escola” aquela que mais contribui na composição do IVJ-N, assim como nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Inclusive, o Paraná é o estado com o terceiro pior índice de Acesso à Escola do IVJ-N (0,815), ficando atrás somente do Rio Grande do Norte (0,889) e de Alagoas (0,895). De outro lado, a dimensão que menos contribui no cálculo do IVJ-N é a de Mortalidade, sendo que, Santa Catarina, é o estado com o segundo menor índice de Mortes do Brasil.

Para concluir a análise regional, no Norte e no Nordeste do país o IVJ-N é mais influenciado pela dimensão “emprego e renda”. Entretanto, os índices de “acesso à escola” também estão longe de serem bons. Seis dos dez estados com as piores classificações em termos de Acesso à Escola estão no Nordeste (AL, MA, PE, PI, RN e SE). Um deles está localizado na Região Norte (PA). Mas, vistos em perspectiva, os resultados descritos indicam que a mortalidade no Nordeste também é igualmente acentuada. Ainda que esta seja a dimensão de menor influência no cálculo da vulnerabilidade da juventude negra à violência em oito dos nove estados da região (a exceção é o Ceará, cuja dimensão mais baixa é a da desigualdade), quando

a Mortalidade é analisada em comparação com o restante do Brasil, metade dos dez estados com os maiores índices de mortalidade no IVJ-N estão nessa região: Bahia (0,742, o mais alto do Brasil), Alagoas (0,609), Rio Grande do Norte (0,575), Sergipe (0,575) e Ceará (0,553). Um destaque positivo é o Maranhão, que apresenta o 7a menor índice de mortalidade do Brasil.

Em comparação com o restante do Brasil, o Nordeste também tem os maiores graus de vulnerabilidade da juventude negra à violência na dimensão “Desigualdade”: seis dos dez piores índices estão em estados da região, sendo eles Alagoas (0,767, o mais alto do Brasil), Sergipe (0,757), Maranhão (0,737), Pernambuco (0,673), Paraíba (0,665) e Rio Grande do Norte (0,644). Os índices do Nordeste, quando comparados com o restante do país, evidenciam que a região tem uma realidade bastante precária para os jovens negros em todas as dimensões analisadas. Não à toa, dentro da escala de vulnerabilidade trazida pelo IVJ-N, todos os estados da região entraram nas faixas de alta e muito alta vulnerabilidade da juventude negra à violência.

Por fim, a região Norte segue um perfil que se assemelha ao Nordeste do Brasil: nela, também a dimensão do “emprego e renda” é a que mais contribui para o cálculo do IVNJ, e a mortalidade a melhor. Ainda assim, como visto, em comparação com o restante do Brasil, quatro dos dez estados com os piores índices de mortalidade estão na região Norte: Amapá (0,701), Pará (0,623), Roraima (0,543) e Tocantins (0,550). A violência letal está longe de ser descartada como um problema grave e urgente no Brasil como um todo e, especialmente, no Norte e Nordeste. O que o IVJ-N demonstra é que a violência contra a juventude negra é muito mais difusa e estrutural do que apenas as mortes intencionais. O que, em outras palavras, significa dizer que ações exclusivamente baseadas na repressão da criminalidade tendem, dessa forma, a ter impactos menores.



As particularidades regionais e o retrato do Brasil como um todo mostram que as quatro dimensões que compõem o IVJ-N estão profundamente interconectadas, formando um tecido complexo que serve de indicação do grau de vulnerabilidade da juventude negra à violência. Ao contrário do senso comum, que costuma reduzir a agenda das políticas públicas de prevenção e redução da violência aos aspectos policiais envolvidos, o IVJ-N mostra que aspectos estruturais parecem

influenciar de modo decisivo a composição e o peso das múltiplas dimensões que conformam o que aqui foi assumido como vulnerabilidade da juventude negra à violência. E, entre esses aspectos, o racismo emerge como o elemento estruturante das condições de vida da população negra jovem do país. O que o IVJ-N explicita é que a violência não surge de um vácuo e/ou da ação isolada de um grupo social, a exemplo das organizações criminosas. Ela é o resultado de uma combinação de variáveis sociais, ambientais, territoriais e, mesmo, culturais que afetam de maneira profunda o cotidiano dos indivíduos, em especial da juventude negra.

As dificuldades no acesso à escola, por exemplo, não são apenas um indicador de fragilidade educacional, mas um fator que pode contribuir para o aumento da vulnerabilidade à violência. Um jovem negro fora da escola perde não apenas a oportunidade de adquirir conhecimentos formais, mas também a chance de construir redes sociais e de proteção que a educação formal proporciona. A escolaridade, nesse sentido, é um fator protetivo inclusive contra a violência letal (Brasil, Ministério da Igualdade Racial, 2024). Ainda assim, seu efeito é maior entre a juventude branca do que a negra, especialmente em razão do racismo que incide sobre este último grupo. E por ser estrutural, o racismo permeia não só a dimensão da educação, mas diversas outras da vida da juventude negra.

Nesse sentido, é válido concluir afirmando que o poder do crime, por exemplo, não está apenas na sua capacidade bélica, financeira ou de domínio territorial. Ele encontra ressonância nas fricções de governança federativa de um país grande como o Brasil e ganha espaço nas brechas da ação do Estado na garantia dos direitos fundamentais e na promoção da cidadania. O IVJ-N reforça que segurança pública deve ser entendida de forma ampla, não se limitando à repressão de crimes ou à redução de índices de mortalidade. Ela deve se estender ao fortalecimento das condições básicas que garantem a dignidade humana e a inclusão social. Investir em políticas públicas que reduzam as mortes intencionais e acidentes de trânsito, melhorem o acesso à escola, promovam o emprego e reduzam a desigualdade é um caminho necessário e urgente. Os dados mostram que há mudanças positivas em curso. Mas eles também indicam que é necessário que, para além da mitigação dos efeitos das variáveis que vulnerabilizam a juventude negra diante da violência, a prevenção seja reposicionada enquanto principal chave de transformação social e da realidade. E, em um caminho possível de prevenção, a educação antirracista mostra-se como um das políticas públicas mais promissoras para o enfrentamento da vulnerabilidade da juventude negra à violência no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Plano Juventude Negra Viva. Brasília: MIR, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva/2024_Plano_Juventude_Negra_Viva_.pdf.

FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

CANO, Ignacio. ROJIDO, Emiliano. BORGES, Doriam. O que funciona para reduzir os homicídios na América Latina e no Caribe? Uma revisão sistemática das avaliações de impacto. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

Carneiro, Sueli Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.



CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

FERNANDES, Luís. A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência cotidiana. In: Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia, 2014, Núm. 19 (1), p. 175-186. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/QuadernselCA/article/view/280283>. Acesso em: 06 set. 2024.

GOMES, Nilma Lino. LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. In: Educação em Revista, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjzrvqQXQc6Lp9k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 out.2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2009. 3ª ed.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. 2ª ed.

SCHUMANN, Livia; MOURA, Leides. Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa de literatura. Ciência & Saúde Coletiva volume 20 número 7 – 2015 p. 2105.

FICHA TÉCNICA

Coordenação geral

Renato Sergio de Lima
Samira Bueno

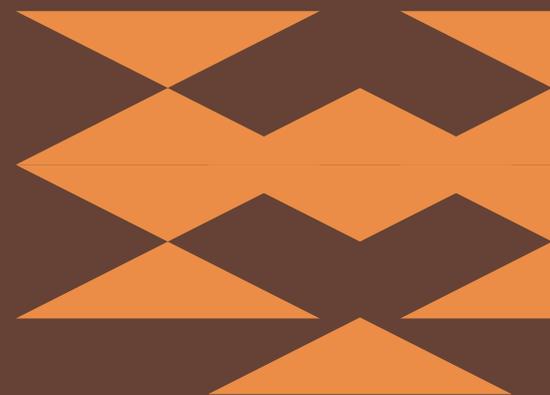
Equipe técnica

Isabela Sobral
David Marques
Denis Pacheco
Isabella Matosinhos
Juliana Brandão
Leonardo Carvalho
Thais Carvalho

Adaptação projeto e diagramação

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA JUVENTUDE NEGRA À VIOLÊNCIA



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA